

TRAJETÓRIAS DE VIOLÊNCIAS DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO GUSTAVO

TRAJECTORIES OF VIOLENCE OF ADOLESCENTS IN SITUATIONS OF SOCIAL VULNERABILITY: THE GUSTAVO CASE

André Luiz Freitas Dias **1**
Cristiane de Freitas Cunha Grillo **2**
Thais de Campos Meneses **3**

Resumo: O presente artigo tem a intenção de discutir as trajetórias de violências e cuidados de adolescentes em situação de vulnerabilidade social a partir de um fragmento de caso clínico de adolescente, acompanhado pela rede de saúde do município de Belo Horizonte. Na construção de caso clínico os ensinamentos do paciente acontecem mediante uma escuta cuidadosa, das particularidades dos sujeitos, de seus atos falhos, recaídas, ausências. Discutiui-se questões referentes ao racismo, necropoder, violências, instituições e adolescências. O Estado brasileiro, que se propõe a cuidar de seus adolescentes, é o que escolhe os corpos os quais podem deixar de existir, a partir da necropolítica. Devemos lançar mão da resistência e possibilitar vida e a pluralidade dos modos de existir de nossa juventude vulnerabilizada.

Palavras-chave: Adolescência. Racismo. Necropoder. Instituições.

Abstract: This article intends to discuss the trajectories of violence and care for adolescents in situations of social vulnerability, based on a fragment of a clinical case of an adolescent accompanied by the health network in the city of Belo Horizonte. In the construction of the clinical case, the patient's teachings happen through attentive listening, the particularities of that subject, his slips, relapses, absences. We will discuss issues related to racism, necropower, violence, institutions and adolescents. The Brazilian State, which proposes to take care of its adolescents, is what chooses the bodies which may cease to exist, based on necropolitics. We must resort to resistance and enable life and the plurality of ways of existing for our vulnerable youth.

Keywords: Adolescents. Racism. Necropower. Institutions.

-
- 1** Doutor em Ciências, com ênfase em Saúde Coletiva, pelo Instituto de Pesquisa René Rachou (Fiocruz Minas), Pesquisador-extensionista da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Coordenador do Programa Polos de Cidadania da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1213394331702092>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2653-7581>. E-mail: alfreitasdiasufmg@gmail.com
 - 2** Doutora e Mestre em Saúde da Criança e Adolescente (Faculdade de Medicina - UFMG). Pesquisadora-extensionista da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Programa Janela da Escuta da UFMG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5192405148322932>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2216-7904>. E-mail: cristianedefreitasjunha@gmail.com
 - 3** Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (Faculdade de Medicina - UFMG). Psicóloga e psicanalista, tendo atuado na Política de Atenção Integral à Saúde do Adolescente Em Situação de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) em Belo Horizonte (2019-2021), na Atenção Primária de Saúde em Belo Horizonte (2021-2023) e atualmente atua no Hospital Risoleta Tolentino Neves (2023). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4287307755946658>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5433-3787>. E-mail: thaismenesespsi@gmail.com

Introdução

Gustavo¹, 16 anos, negro, passa a ser acompanhado por um técnico da Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), após internação hospitalar, em decorrência de agressão policial. O adolescente Gustavo e sua família já eram acompanhados pela rede de saúde do município, mas utilizamos o início do acompanhamento com a Política PNAISARI como recorte para o relato do fragmento de caso. No município de Belo Horizonte, a Política em questão acompanha adolescentes em situação de vulnerabilidade social, não apenas os que se encontram em conflito com a lei.

O adolescente Gustavo e sua família já eram acompanhados pela rede de saúde pública de Belo Horizonte a partir dos cuidados no Centro de Saúde de sua referência territorial e passam a serem acompanhados pelo técnico da PNAISARI depois de internação no Hospital João XXIII após violência sofrida, que será relatada posteriormente.

A PNAISARI tem como uma de suas portas de entradas a Rede de Cuidados e Proteção aos adolescentes, vítimas de agressão, atendidos no Hospital João XXIII². A Rede de Cuidados surge diante da importância da existência de uma rede que compreenda o contexto social e escute o que o caso necessita, a partir de uma pesquisa de mestrado de uma trabalhadora da coordenação da Saúde da Criança e Adolescente de Belo Horizonte, intitulada “O genocídio dos adolescentes negros no município de Belo Horizonte: quem importa” (2017), de Rejane dos Reis. A pesquisa analisa os homicídios dos jovens negros da cidade e comprova, a partir da análise dos dados coletados, que se trata de genocídio dessa população.

Após a entrada no hospital, os profissionais que recebem o caso realizam a notificação de violência e providenciam o encaminhamento para a rede que

[...] propõe a promoção e proteção da vida do adolescente, mediante articulação de toda a rede de Garantias de Direito da Criança e do Adolescente; promovendo a saúde do adolescente e garantindo atenção e cuidados integrados. Pretende reduzir a morbimortalidade de adolescentes vítimas de agressão e contribuir para a construção de condições dignas de existência e pleno desenvolvimento (Belo Horizonte, 2018, p. 19).

As principais questões relatadas por Gustavo durante acompanhamento relacionavam-se à sua sexualidade, aos desafios encontrados em seus encontros amorosos, à relação com os pais e ao momento em que se encontra: a adolescência.

Gustavo falava também sobre as diversas violações de direitos que ele e sua família vivenciam e vivenciaram, seus medos e as inseguranças decorrentes das violências sofridas, como o sentimento de não gostar mais de andar pelo território como antes, por receio de encontrar com policiais. Isso fez com que ele deixasse de jogar bola, o que gostava muito, preferindo ficar em casa, fazendo uso do videogame.

Contou sobre seu interesse por algumas meninas, do gosto musical, da dificuldade na escola. Certo dia, Gustavo chegou dizendo ter uma novidade para contar: tomou bomba na escola! Após certo silêncio, seguido por um “você não vai entender” (*sic*), relatou, em tom confidencial, que há alguns anos uma professora de antiga escola municipal que estudou o chamou de macaco e preto. Diz sobre aquela fala da professora: “leve para o coração” (*sic*). Relata que desde esse momento passa a não confiar em ninguém.

Ele ressaltou ainda que não quer ser tratado como “descartável” (*sic*). Não sabe dizer muito

1 Nome fictício.

2 O Hospital de Pronto-Socorro João XXIII (HJXXIII), localizado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi criado em 1973 para atender à grande demanda da capital mineira, sendo um “centro de referência e excelência no atendimento a pacientes vítimas de politraumatismos, grandes queimaduras, intoxicações e situações clínicas e/ou cirúrgicas com risco de morte.” (Site da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG – <https://www.fhemig.mg.gov.br/atendimento/complexo-hospitalar-de-urgencia/hospital-joao-xxiii>).

sobre isso, afinal, “não soube explicar nem para minha mãe” (*sic*), mas disse que, desde que a polícia invadiu sua casa, se sente assim, “descartável”. Nas suas palavras, concluiu: “isso a gente não esquece!” (*sic*).

Essa violência não é uma situação isolada na vida de Gustavo e sua família, mas sim uma violência recorrentemente vivenciada nos territórios vulnerabilizados e pelas famílias que ali residem.

Racismo e violências como reguladores da morte

Os policiais que invadiram sua casa e o agrediram; uma professora de escola pública que lhe direciona graves violências verbais. O Estado que deveria garantir direitos básicos a Gustavo e sua família, é o mesmo que, autorizado pelo racismo existente em nossa sociedade, permite a ocorrência de tantas violências cotidianas e recorrentes.

No Brasil, os jovens de sexo masculino e negros (pardos e pretos)³ são os principais alvos de homicídios há muitos anos. Na busca de discussões sobre o assunto, Reis (2017) nos diz que

A aceitação de violência contra o adolescente negro, tanto no nível social quanto no nível pessoal, explicita o fenômeno da exclusão e o papel do estigma. Os estereótipos dos negros na sociedade brasileira e suas violências naturalizadas vêm desde a escravidão e chega aos dias atuais (Reis, 2017, p. 24).

Santos (2018) nos lembra que o Brasil é um país estruturado pelo racismo. O mito da democracia racial sempre foi conveniente para parcela da população brasileira para disfarçar diversas escolhas políticas e as desigualdades raciais que estruturam o país, “[...] em que os lugares sociais e raciais são muito bem-marcados num processo de naturalização perverso e violento” (Santos, 2018, p. 37).

Almeida (2020) explica o racismo como uma forma de discriminação que tem a raça como alicerce e que, dependendo do grupo racial ao qual certo indivíduo faça parte, terá acesso a desvantagens ou privilégios. Segundo o autor, “[...] a discriminação tem como requisito fundamental o poder, [...] a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens por conta da raça” (Almeida, 2020, p. 32).

Podemos classificar o racismo como estrutural e institucional. No primeiro, o racismo exclui pessoas da maioria das estruturas sociais e políticas. Segundo Kilomba (2019) “Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros dos outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (Kilomba, 2019, p. 77)

O poder é tratado como elemento central da relação racial. Isso porque o racismo não se baseia somente em comportamentos individuais, mas é a consequência do funcionamento das instituições, que acarreta vantagens ou desvantagens a certos indivíduos em decorrência da sua raça. “O racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade” (Almeida, 2020, p. 45).

Sendo assim, o racismo institucional ressalta o racismo não apenas como fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. “[...] O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc” (Kilomba, 2019, p. 78).

O racismo não é algo que surge nas instituições, mas é por ela reproduzido. De acordo com Almeida (2020):

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa

³ Seguimos a classificação do IBGE, o qual considera pessoas negras a soma dos autodeclarados pretos e pardos.

e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade (Almeida, 2020, p. 48).

Kilomba (2019) entende o racismo como negação utilizada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial. Segundo a autora “[...] o sujeito negro torna-se [...] aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano” (Kilomba, 2019, p. 34).

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (Kilomba, 2019, p. 37).

A população negra foi historicamente racializada como estratégia de legitimação das violências, de poder e de domínio. O racismo não é só uma recusa do diferente e sim uma decisão de eliminação, extermínio. O problema não é a diferença da cor entre os sujeitos, mas se utilizar disso para segregar, dominar, oprimir e matar.

Ribeiro (2018) relata que no racismo moderno há uma relação de guerra em que

[...] para viver, é preciso que você massacre seus inimigos, se você quer viver, é preciso que o outro morra. Assim, a novidade do racismo está na relação do tipo biológico, cujo mote é de que a eliminação física do “Outro” degenerado sustenta a sobrevivência e o fortalecimento da espécie humana superior (Ribeiro, 2018, p. 252).

Os jovens negros e periféricos, são exemplos do que Butler (2018) relata como vidas cuja perda não é perda, e que por isso não são passíveis de luto, ficando assim expostas a tantas violências, como o homicídio.

Há vidas cuja perda não é perda, e que por isso não são passíveis de luto. Para a autora, algumas vidas são percebidas como vidas, já algumas outras, embora visivelmente estejam vivas, não são percebidas como tal.

Uma vida que terá sido vivida é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida, [...] que não será enlutada quando perdida (Butler, 2018, p. 32).

Há uma parcela da população, “populações-alvo”, cujas vidas são consideradas “destrutíveis”. Elas são consideradas ameaças à vida humana, ao invés de seres que necessitam de proteção contra a fome, pandemias e violências. Essas vidas não são objeto de luto quando perdidas. A perda dessas populações é compreendida como necessárias para preservar a vida dos “vivos”, daqueles que possuem uma vida passível de luto. Essas populações são vidas consideradas não humanas, por isso não sentimos a mesma indignação e horror diante de suas mortes como sentimos a perda da vida das pessoas que se assemelham conosco, seja nacional ou religiosamente, por exemplo.

Para Butler (2019), todos somos seres precários já que facilmente nossa vida humana pode ser violada.

[...] existem pessoas das quais minha vida depende, pessoas que eu não conheço e que talvez nunca conheça. [...] Existem meios de distribuir vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras (Butler, p. 8, 2019)

A ideia de que todos somos seres precários é rejeitada por nós ao não lamentarmos as perdas das vidas de determinadas populações. “[...] o sujeito declara justa sua própria capacidade de destruição ao mesmo tempo em que procura imunizar-se contra a consciência de sua própria precariedade” (Butler, 2018, p. 78).

Como vimos, há certas populações que estão em grave situação de ameaça: as que estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, desemprego, privação de direitos e à morte, como são os casos dos jovens vítimas de genocídio em nosso país. O fato de todos sermos seres precários, cuja existência não está garantida de nenhuma forma, não quer dizer que as condições de exercício dos modos de existência sejam as mesmas.

Isso se evidenciou com a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020. O vírus causa uma doença respiratória a qual traz grande preocupação diante de sua capacidade de transmissão alta, que se espalhou por todo o mundo.

A máxima passa a ser “fique em casa”. O controle da doença solicitou estratégias como distanciamento social e quarentena. Mas como pedir para ficar em casa quem não sabe se terá dinheiro para comprar comida no dia seguinte? E quem não tem casa? Como pedir isolamento social para uma família de oito pessoas vivendo em um pequeno cômodo, muitas vezes, insalubre?

Muitas pessoas, em situação mais vulnerável, precisaram escolher se ficam em casa e passam fome ou descumprem o isolamento para se sustentarem, uma vez que o governo deu pouco auxílio para suprir as necessidades da população neste momento da pandemia. Algumas pessoas se encontram em condições de sobrevivência muito mais vulnerabilizadas do que outras, que conseguiram fazer o isolamento social em residências confortáveis e trabalhar de *home office*.

Segundo Estrela *et al.* (2020), a raça é um dos elementos vulnerabilizadores para a COVID-19, visto que, no Brasil, vivenciamos um racismo estrutural o qual dificulta a vida de negros em diversos aspectos, desde o acesso a testes para saber se o sujeito está contaminado pelo vírus até mesmo em relação ao tratamento da infecção.

O Atlas da Violência de 2020 trouxe as consequências da pandemia da Covid-19 como preocupante questão, uma vez que pode acarretar retrocesso no acesso aos direitos dos adolescentes em nosso país. Essas consequências podem ser graves para crianças e adolescentes, principalmente para aquelas que vivem em famílias pobres.

As medidas de combate à pandemia do novo coronavírus repercutem na vida das meninas e dos meninos, desde o ambiente doméstico de suas famílias e de suas comunidades até as instituições e os espaços públicos frequentados por esta população. Entre as questões mais urgentes, estão a proteção contra as consequências da pobreza e da fome, cujo risco se ampliou no período, devido ao aumento do desemprego que alcança as famílias de milhares de crianças e adolescentes. Ademais, são também fundamentais, no período da pandemia da Covid-19, as ações de promoção e cuidados à saúde, como a continuidade e fortalecimento das campanhas de imunização infantil; de implementação de medidas de compensação à interrupção da frequência à escola, a exemplo do acesso universal à tecnologia; e as medidas de prevenção e combate à violência física e sexual de crianças e adolescentes cometidas no recinto familiar (Brasil, 2020, p. 31).

O acompanhamento de Gustavo e de muitas famílias complicou com a pandemia: além do aumento das vulnerabilidades sociais em decorrência do vírus e seus impactos na sociedade, as articulações intersetoriais ficaram defasadas, uma vez que as escolas permaneceram em trabalho

remoto durante mais de um ano e com difícil contato; ouve ausência dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) durante o início da pandemia, pois todos saíram de férias compulsoriamente em Belo Horizonte; o contato com a família de Gustavo também ficou mais difícil, passando a ser feito apenas pelo telefone da mãe de Gustavo, o que impediu conversas diretamente com ele, já que nesses momentos a mãe estava trabalhando e longe do filho.

Os jovens negros periféricos continuam morrendo, muitas vezes, pelas mãos do próprio Estado que deveria protegê-los, outras vezes, pela ausência do Estado. Segundo Reis (2017, p. 24) o que vemos são jovens que “permanecem invisíveis sob o manto da desinformação, da indiferença e do desinteresse” da população e instituições, que deveriam estar protegendo-os, como vimos no caso Gustavo.

A morte desses sujeitos inviabilizados pela sociedade, não causa sentimento de responsabilidade ou de justiça, ninguém responde por ela. Para Mbembe (2017, p. 65) o racismo permite que o necropoder aconteça, tendo como função regular a distribuição da morte e possibilitar ao Estado o poder de matar.

Ainda conforme Mbembe (2017), o uso do terror para governar não está tão relacionado com reprimir e disciplinar, e sim, com o matar. A guerra já não é apenas entre exércitos adversos, seus atores podem ser o Estado propriamente constituído, formações militares agindo ou não sob o comando do Estado, exércitos sem Estado os quais controlam territórios distintos, empresa que se atribui o direito de guerra.

Essa soberania produtora de mortes, para o autor,

[...] consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida – gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte [...]. Vida supérflua, portanto, cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como mercadoria e, ainda menos, humana (Mbembe, 2017, p. 65).

Essa morte não causa sentimento de responsabilidade ou de justiça, ninguém responde por ela. O poder necropolítico atua entre a vida e a morte, para ele, a morte dos seus inimigos não tem nenhum significado, não é algo trágico. Para Mbembe (2017, p. 65), “Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, enquanto este é o epíteto da destruição organizada, [...] cujo funcionamento requer que, por um lado, se reduza o valor da vida e, por outro, se crie o hábito da perda”.

Sendo assim, o fator racial é fundamental para compreendermos alguns fenômenos sociais, como é o caso da vulnerabilidade e da violência praticada contra os jovens negros, como Gustavo, já que o racismo opera como regulador da morte.

A violência que esses sujeitos negros vivenciam nos ajudam a compreender o fardo atribuído aos sujeitos os quais são excluídos da norma psico-sócio-somática empregada pela classe dominante branca. Gustavo, adolescente, rodeado por todas as questões as quais essa fase da vida acarreta – que já não são nada simples - vivencia ainda uma série de abusos e violências, como as direcionadas para os jovens negros do nosso país.

Com tanta violência, o sujeito é colocado no lugar, imposto historicamente, de objeto dejeito da sociedade. Gustavo dizia se sentir descartável e, talvez, seja assim mesmo que é visto pela sociedade. Ele dizia ainda não ser capaz de aprender a ler, por isso precisar arrumar um emprego de serviço braçal, mostrando-se reprimido, inseguro. Ao se deparar com a impossibilidade de realizar esse ideal branco, imposto historicamente, o sujeito pode passar a se atormentar com angústias, auto desaprovação, sentimentos como culpa, inferioridade, inseguranças.

Visto como “objeto descartável” da sociedade, Gustavo tem sua realidade definida pelos outros, tem sua história contada somente a partir da forma como os outros o definem dentro de sua relação com aqueles os quais “são sujeitos” e possuem vidas passíveis de luto, mas também modos de existência considerados socialmente possíveis. Para que Gustavo possa se afirmar enquanto sujeito, é necessário que ele possa dizer de sua própria realidade, estabelecer sua identidade, contar sua própria história. É preciso que ele encontre relações sociais de cuidado e acolhida, não de violência.

Jovens como Gustavo, muitas vezes, são colocados no lugar de dejetos nas instituições. Lembrando que, para Miller (2010, p.228), dejetos são o rejeitados, “É o que cai, é o que tomba quando, por outro lado, algo se eleva. É o que se evacua, ou que se faz desaparecer, enquanto o ideal resplandece”. Os jovens negros são evacuados, são eliminados em nossa sociedade.

Para Souza (2018, p. 77), “Ser negro é [...] criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. [...] ser negro é [...] um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”.

Para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade, de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. As inevitáveis situações de sofrimento que o corpo impõe ao sujeito tem que ser “esquecidas”, imputadas ao acaso ou a agentes externos ao corpo. Só assim, o sujeito pode continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição de sua sobrevivência (Souza, 2018, p. 6).

David (2018) nos lembra que deve ser ofertado um espaço de escuta nos equipamentos públicos, como na saúde, a fim de que os sujeitos negros possam falar sobre o sofrimento o qual vivenciam devido às violências racistas. Porém, para que isso aconteça efetivamente, é de suma importância que as equipes de saúde (como em toda a rede) estejam sensíveis à demanda dos sujeitos e sejam “[...] preparadas para identificar tais violências, seus possíveis efeitos e intervir de forma qualificada, facilitando que o indivíduo negro possa se identificar positivamente com suas matrizes africanas, identificação que tem competente efeito psicossocial para negros(as)” (David, 2018, p. 242).

Ao considerarmos ainda os desafios vivenciados pelos sujeitos-adolescentes, necessitamos recorrer ao que Reis (2017) nos lembra: é fundamental identificar questões que colaborem para o alto grau de vulnerabilidade de adolescentes, como as questões de gênero, raça, classe social, condições de vida e de saúde.

Rosa *et al.* (2017) traz essas questões como discursos os quais circulam em dado tempo, evidenciando os modos de pertencimento possíveis para cada sujeito, impondo-os valores, lugares. Os autores ressaltam que “A invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social recai sobre o sujeito, individualizando seus impasses, patologizando ou criminalizando suas saídas” (Rosa *et al.*, 2017, p. 365).

É essencial confrontar os discursos atuais, carregados de preconceitos, exclusões sociais, apagamento de sujeitos. No entanto, segundo Rosa *et al.* (2017), isso só será possível se partirmos de uma cuidadosa escuta e trabalho com aqueles com quem nos deparamos nas instituições como a saúde, assistência, justiça e nas ruas e comunidades.

O adolescente e seu lugar na instituição

Ferreira (2016) relata a existência de certa peculiaridade na condução do tratamento de adolescentes nas instituições. A clínica do adolescente é a da recusa. Isso porque eles, na maioria das vezes, não chegam à consulta com sua demanda formulada, são geralmente levados pelo Outro. Gustavo começa a ser acompanhado pela equipe da PNAISARI após internação hospitalar em decorrência da agressão.

Podemos refletir se essa ausência de demanda do adolescente não diz respeito a uma ausência de escuta desses sujeitos, ou não seria um apagamento de seus modos de existir e, com isso, um silenciamento da demanda ainda em sua origem, antes de ser formulada pelo sujeito.

Como possível saída para surgir uma demanda de cuidado vinda dos adolescentes, diante de qualquer profissional, Ferreira (2016) diz que

Alguma manobra vai ser necessária ao profissional, é preciso algum manejo para que se constitua espaço para as questões

próprias da adolescência. [...] é preciso permitir que a subjetividade do sujeito venha à tona, que algo surja nesse campo. [...] E, para que alguma coisa surja da subjetividade, de queixas subjetivas, é preciso uma pitada de escuta (Ferreira, 2016, p. 7).

Segundo o autor, compete aos profissionais da saúde escutar o adolescente e buscar ajudá-lo a encontrar “um lugar de endereçamento para seu sofrimento”. Para pensarmos o lugar possível para a subjetividade em meio ao trabalho nas políticas públicas, podemos recorrer a Rosa (2004) ao dizer de uma escuta transgressora da organização social. E a fim de que essa escuta se efetive, é imperativo confrontar a situação social em que o sujeito está inserido com seu desejo inconsciente.

Sobre a escuta de sujeitos que são delegados a rejeitos, dejetos, restos na estrutura social, a referida autora ressalta que essa escuta pode fazer surgir, “onde parecia haver apenas vidas secas, o sujeito desejanse, vivo” (Rosa, 2004, p. 158).

Gustavo ainda tem muito a ser escutado e a dizer sobre seu lugar. Ainda não confia, ainda se sente descartável, porém consegue dizer algo sobre suas questões e sofrimentos: seja às voltas com sua adolescência, seja pela violência racial que vivencia.

A escuta deve estar sempre situada tanto no nível da clínica como do social, pois não há sintoma sem implicação social. Koltai (2012) nos lembra que o sintoma é sempre uma saída encontrada pelo sujeito como resistência ao desejo do Outro o qual, supostamente, quer o seu bem. Como exemplo, cita as condutas de risco dos adolescentes, os quais podem ser compreendidas como sintomas desses sujeitos diante de algo insuportável nessa relação com o Outro, como quando Gustavo responde à agressão verbal da professora de forma também agressiva.

Reis (2017) nos lembra que é papel do poder público e da sociedade cuidar dos adolescentes, principalmente, dos mais vulneráveis. A prevenção de violências contra os adolescentes deve ser prioridade dentro das políticas públicas, porque a adolescência é um período da vida rodeado de desafios e incertezas. É necessário que esses sujeitos se deparem com um ambiente que lhes propicie cuidados, apoio, retirando-os do lugar de dejetos.

Os adolescentes em situação de vulnerabilidade, muitas vezes, não encontram na saúde e demais setores esse lugar de cuidado. Segundo Moreira *et al.* (2015), os adolescentes, especialmente os que cumprem medida socioeducativa e são privados de liberdade, são uma das populações mais fragilizadas e vulnerabilizadas de nossa sociedade.

Lobosque (2003) fala da importância de uma clínica que não exerça um domínio sobre os corpos dos sujeitos possuidores de algum sofrimento mental. Podemos trazer essa mesma questão para o trabalho junto aos adolescentes com os quais nos deparamos nos espaços da rede: sujeitos que têm seus corpos controlados, dominados, com a tentativa de apagamento de suas existências, como vimos. Segundo a autora, os saberes psi – como os demais - devem sempre ter em mente uma atuação a qual não seja apenas psiquiátrica ou psicológico, e sim, política e social. A isso, a autora chama de clínica em movimento: “uma clínica que não caminha para si mesma, mas se combina e se articula com todo o que se movimenta e se transforma na cultura, na vida, no convívio entre os homens” (Lobosque, 2003, p. 21).

Considerações finais

O Estado carrega, ainda atualmente, forte racismo, o que impede que seus adolescentes, muitas vezes, consigam alcançar seus direitos básicos e faz com que eles se tornem vítimas de diversas formas de violências. O Estado brasileiro, que se propõe a cuidar de seus adolescentes, criando políticas e normas, é o que escolhe os corpos os quais podem deixar de existir, a partir da necropolítica.

Devemos lançar mão da resistência para possibilitar que a pluralidade dos modos de existir de nossa juventude vulnerabilizada possa ser aceita em nossa sociedade, para que esses adolescentes sejam vistos como vidas passíveis de luto.

Gustavo é um, de muitos, adolescente negro vítima do racismo estrutural brasileiro. O fragmento de caso ilustra as violências e o racismo que nossos jovens vivenciam diariamente.

Gustavo questiona ao profissional branco que o escuta: “você não vai entender”. Nesse momento o adolescente denuncia uma distância entre ele e o profissional, mostra que há algo que o profissional não poderá compreender, mas é possível escutar aquele sofrimento de Gustavo e ajudá-lo a criar suas próprias saídas, sempre singulares (e não segregadoras).

Referências

- ALMEIDA, Sívio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BRASIL. **Atlas da Violência de 2020**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2020, p. 1-91.
- BELO HORIZONTE. Segurança e Prevenção. **Relatório Prevenção à Letalidade Juvenil e de Adolescentes**. Belo Horizonte, Novembro de 2018
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária**: Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- DAVID, Emiliano de Camargo; SILVA, Lidiane A. de Araújo. Territórios racializados: a Rede de Atenção Psicossocial e a Política Nacional de Saúde Integral da população negra. *In*: SILVA, Maria Lúcia *et al.* (orgs). **Violência e Sociedade**: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018, p. 233-247.
- ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.
- FERREIRA, Roberto Assis. **Adolescência, o que é?** Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais - Almanaque On-line nº17, 2016, p. 1-9.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 41. ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica; 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1ª edição – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOLTAI, Caterina. O Inconsciente Seria Politicamente Incorreto? **Reverso**. Belo Horizonte, ano 34, n. 63, jun. 2012, p. 33–44.
- LOBOSQUE, Ana Marta. Clínica em Movimento: o cotidiano de um serviço substitutivo em Saúde Mental. *In*: LOBOSQUE, Ana Marta. **Clínica em Movimento**: por uma sociedade sem manicômios. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Garamond; 2005, p. 17-40.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. -São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 1- 80.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução Marta Lança. 1.ed. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017. p. 58-70.
- MILLER, Jacques-Alain. Anexo. *In*: MILLER, Jacques-Alain. **Perspectivas dos Escritos e Outros**

Escritos de Lacan: Entre o desejo e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 227-233.

MOREIRA, Marcelo Rasga *et al.* A saúde do adolescente privado de liberdade: um olhar sobre políticas, legislações, normatizações e seus efeitos na atuação institucional. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 39, n. Especial, p. 120-131, dez. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

REIS, Rejane Ferreira dos. **O genocídio dos adolescentes negros no município de Belo Horizonte:** quem importa. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RIBEIRO, Igo Gabriel dos Santos. Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte. In: SILVA, Maria Lucia *et al.* (orgs). **Violência e Sociedade:** O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018, p. 249-254.

ROSA, Miriam Debieux *et al.* Clínica Psicanalítica Implicada: Conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 359-369, jul.-set. 2017.

ROSA, Miriam Debieux. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: COMISSÃO de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). **Adolescência:** um problema de fronteiras. Porto Alegre: APPOA, 2004, p. 148-161.

SANTOS, Ynaê Lopes. Por um Brasil africano, Sobre a importância em se pensar e educar o Brasil a partir de sua herança africana: o caso de Palmares. In: SILVA, Maria Lúcia *et al.* (orgs). **Violência e Sociedade:** O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018, p. 29-46.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Coleção Tendências. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2018

VIGANÒ, Carlo. **A construção do caso clínico.** Opção Lacaniana online nova série. Ano 1, n. 1, março 2010.

Recebido em 25 de julho de 2023

Aceito em 15 de setembro de 2023